



O uso de *corpus* metalinguístico na construção de parâmetros gráficos para identificação de perfis de redatores oitocentistas

The use of metalinguistic corpus in the construction of graphic parameters to identify profiles of 19th century scribes

Alexandre Xavier Lima*
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: Este artigo descreve a prescrição da norma gráfica portuguesa em gramáticos brasileiros da segunda metade do século XIX, com intuito de reconhecer, neste saber metalinguístico, quais eram os ideais de escrita. Para o período, considera-se o princípio etimológico presente em grafemas consonantais como um valor de prestígio. Olhar para os textos metalinguísticos seria a possibilidade de captar esse valor e apurar em qual medida estava presente nas práticas gráficas. Para isso, fez-se necessário reconhecer testemunhos que fossem representativos do período, da região e do grupo social, bem como comparar a transmissão em cada gramática, em pelo menos 3 edições, como forma de observar a consistência das prescrições em um momento em que ainda não havia uma ortografia uniforme para os redatores de Língua Portuguesa e predominava uma espécie de “ortografia usual”. Por fim, os resultados apontam para o consenso na prescrição de formas mais usuais e um detalhamento maior por parte dos gramáticos da corrente científica. A comparação entre o elenco de grafemas etimológicos apresentados nas gramáticas estudadas e os grafemas identificados nos usos de redatores reconhecidamente ilustrados do século XIX é um importante parâmetro de erudição escrita.

Palavras-chave: Gramática. Ortografia. Princípio etimológico.

Abstract: This article describes the prescription of the Portuguese graphic standard for Brazilian grammarians in the second half of the 19th century, with the aim of recognizing, in this metalinguistic knowledge, what the ideals of writing were. For the period, the etymological principle present in consonant graphemes is considered as a prestige value. Looking at metalinguistic texts would be the possibility of capturing this value and ascertaining to what extent it was present in graphic practices. For this, it was necessary to recognize testimonies that were representative of the period, region and social group, as well as compare the transmission in each grammar, in at least 3 editions, as a way to observe the consistency of the prescriptions at a time when there was still no uniform spelling for Portuguese language writers and a kind of “usual spelling” predominated. Finally, the results point to a consensus in the prescription of more usual forms and a greater detailing by the grammarians of the scientific current. The comparison between the list of etymological graphemes presented in the studied grammars and the graphemes identified in the uses of well-known illustrated writers in the 19th century is an important parameter for written scholarship.

Keywords: Grammar. Orthography. Etymological principle.

* Mestre (2010) e Doutor (2014) em Letras (Letras Vernáculas / Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é Professor do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAP-UERJ). E-mail: alexandrexl@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Um dos fundamentos em que se apoia a Sociolinguística Histórica parte de Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968], p. 126), quando afirmam que “fatores linguísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança linguística”. Por esse caminho, Labov afirma que “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008 [1972], p. 21), o que implica em conhecer o perfil biográfico de cada informante, pois, no controle de cada indivíduo, torna-se possível conhecer a sua comunidade. É por isso que Rosa Virgínia Mattos e Silva reconhece que a linguística sincrônica voltada para o trabalho com *corpus* controla “o quando, o onde, o para quem, o tipo de texto dos dados sobre que se aplicam suas análises” (SILVA, 2004, p. 110). Lehmkuhl, Görski, Souza e May reforçam esse fundamento empírico, ao destacarem as etapas metodológicas da Sociolinguística. Eles consideram essencial que os informantes sejam representativos da comunidade de fala e que suas informações sejam controladas (LEHMKUHL; GÖRSKI; SOUZA; MAY, 2015, p. 100-101), a fim de que reflitam a estrutura social que representam.

Contudo, quando se trabalha com sincronias pretéritas, em que são poucas as informações sobre os escreventes, torna-se um problema validar o manancial de documentos guardados nos acervos a fim de que figurem como representativos de uma comunidade, pois “não sabemos onde, o quanto nem o que estudou os redatores que assinam cartas pessoais, documentos oficiais ou editoriais veiculados em jornais” (BARBOSA; LIMA, 2019, p. 172). Em outras palavras, não se sabe quem foram esses redatores, a que faixa etária e gênero pertenciam, qual papel exerciam na sociedade e a que grupo social faziam parte. A Linguística Histórica tem procurado fazer o seu trabalho, “embora não se possa recuperar, na grande maioria das vezes, o perfil biográfico, tanto do emissor como do receptor” (SILVA, 2004, p. 110). Para isso, a Filologia, hoje, tem sido “uma das formas de abordar a documentação escrita, tanto literária como documental em sentido amplo, enriquecida pelas vias da Crítica Textual, tanto de textos antigos como modernos” (SILVA, 2008, p. 14), pois oferece ferramentas fundamentais e um pacote de disciplinas afins para abordagem da tradição indireta do texto e da história social dos textos, recuperando quando possível seus autores, o que permitiria “fazer bom uso de maus dados” e “ouvir o inaudível” – imagens recuperadas por Rosa Virgínia Mattos e Silva para falar do dilema enfrentado na construção de *corpora* históricos. Assim, caberia ao filólogo buscar “a voz dos textos” em um “passado já soterrado”.

Apesar de não se conhecer todos os perfis biográficos do passado, há uma quantidade de trabalhos suficientes, graças ao esforço das disciplinas filológicas, que permite delinear alguns grupos sociais de determinadas sincronias, seja por informações socioculturais, seja por caracterização de variantes linguísticas. Daí surge a hipótese: se é possível conhecer um grupo pelos seus indivíduos, acredita-se que é possível também definir o perfil de um indivíduo, de que não se tenha notícia biográfica, pela identidade linguística comum a um grupo. Na tentativa de controlar variáveis externas de natureza socioculturais, este trabalho vai apontar um fenômeno que sirva de parâmetro para identificação do perfil de redatores. Assim, mesmo que não se conheça nada sobre o autor

de um documento antigo, pode-se validar tal contribuição à medida que seu texto se aproxime, por determinado parâmetro, dos redatores de um grupo social.

A variação linguística não só indica as sucessivas etapas que levam ou não à mudança, como também é capaz de revelar as escolhas que fazem os falantes na construção de sua identidade linguística. Nessa tensão entre variantes, verifica-se a possibilidade de se reconhecer grupos identitários e estabelecer perfis de letramento. É Barbosa (2009) quem vê na variação gráfica a oportunidade de se medir o maior ou o menor contato com a cultura letrada dos oitocentos. Assim, quanto mais o redator se aproxima da variante gráfica de sua época, maior o grau de letramento. Esse autor toma como ponto de referência fixa a norma gráfica praticada em jornais oitocentistas, reconhecidamente apontados como difusores de modelos objetivos para o século XIX. O afastamento gradual desses referenciais também sinaliza os diversos perfis de erudição. Para dar conta desse refinamento, a presente pesquisa propõe mais um ponto de comparação. Dessa vez, aposta-se a norma predicada em gramáticas escolares como possibilidade de observar com mais nitidez o que cada uso gráfico representa. A norma gráfica predicada é entendida aqui como “um ideal linguístico descrito e prescrito subjetivamente como modelo a ser seguido por redatores escolarizados” (BARBOSA; LIMA 2019, p. 189). Consoante a proposta de Lima (2014), adota-se para esse parâmetro o conjunto de normas gráficas relacionadas à “etimologização gráfica”, prescritas em gramáticas do último quartel do século XIX.

Justifica-se o estudo gráfico, tendo em vista a precedência da abordagem da ortografia frente a outros assuntos gramaticais em função de sua relevância para a padronização da língua escrita, tão importante para a produção dos impressos (AUROUX, 1992, p. 65). Além disso, as grafias dos manuscritos refletem indiretamente o grau de contato com os modelos disponíveis do redator (BARBOSA; LIMA, 2019, p. 175).

A normatização gráfica brasileira é analisada em sua fase de elaboração, que corresponde aos últimos 30 anos do século XIX, quando os tratados ortográficos passaram a ser propostas de unificação e simplificação ortográficas (KEMMLER, 2001, p. 253). Dessa forma, avalia-se a inserção do princípio etimológico na prescrição gráfica através dos grafemas consonantais etimológicos. Entende-se por grafemas etimológicos as unidades gráficas mínimas e polivalentes, formadas por um caractere (simples) ou mais caracteres (complexas) que agregam valor etimológico à palavra que formam. As geminadas (como <ll>, de <allegar>), os compostos por <h> (como th, de <methodo> e <ph> de <pharmacia>), assim como compostos mudos (como <gm>, de <augmentar>) e ainda os grafemas mistos (como <phth>, de <diphthongo>), exemplificam o conceito de grafemas etimológicos, pois são unidades gráficas que estabelecem com sua suposta forma original uma relação de identidade.

Este trabalho inicia-se com a menção à contribuição da Historiografia Linguística, considerando os pressupostos dessa disciplina como fundamentais para a reflexão sobre as ideias ortográficas. Na sequência, apresenta-se a construção de *corpus* representativo do século XIX, capaz de expressar as prescrições/descrições gráficas no período de elaboração da ortografia portuguesa. A seguir, faz-se análise dos testemunhos sobre as prescrições ortográficas dos oitocentos, destacando a coexistência de normas e o valor

assumido pelo princípio etimológico. Por fim, analisa-se a norma gráfica predicada nas gramáticas para se reconhecer quais os principais índices de erudição gráfica tomados de forma consensual pelos gramáticos.

2 CONTRIBUIÇÕES DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA

Este trabalho apoia-se nos estudos oriundos da Historiografia Linguística, subárea das ciências da linguagem que procura narrar a história do conhecimento sobre linguagem e línguas (BATISTA, 2011, p. 114). Essa subárea "não se ocupa da linguagem verbal em si mesma, mas dos registros discursivos e das representações ideológicas que dela se constroem." (SILVA, 2006, p. 64). Bastos e Palma consideram que seu objeto de estudo é a seleção, a ordenação e a reconstrução do conhecimento linguístico baseados na ciência, sob perspectiva histórica, social e cultural (BASTOS; PALMA, 2004, p. 18). A sua prática, segundo Batista (2013), requer descrição, análise e interpretação dos saberes sobre linguagem e línguas ao longo do tempo (BATISTA, 2013, p. 39).

Vale mencionar que, no Brasil, muitos pesquisadores têm buscado orientação teórica em três importantes nomes: Koerner (1989), que considera a Historiografia Linguística como um modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios teórico-metodológicos; Swiggers (1997), que procura entender como se desenvolveu o conhecimento linguístico em um contexto; e Auroux (1992), que considera a observação dos conhecimentos linguísticos em si mesmos como resultado das atividades que os produziram, sob orientações epistemológicas das estruturas e da diversidade dessas atividades. Este último apresenta como princípios da Historiografia Linguística: (a) a definição puramente fenomenológica do objeto; (b) a neutralidade epistemológica; e (c) o historicismo moderado. Enfatiza que o objeto deve ser estudado considerando a consciência da época. É necessário abandonar os juízos sobre o que seria ciência, percebendo que todo saber é um produto histórico. Além disso, os fenômenos não são conhecimentos fechados, isolados. São resultados de diferentes confrontos de estratégias que se renovam no eixo temporal. O objeto é o "saber metalinguístico constituído e/ou em via de constituição, qualquer que seja sua proximidade (linguística popular) ou sua distância em relação à consciência epilinguística" (AUROUX, 1992, p. 16).

No que diz respeito ao estudo das ideias ortográficas, destaca-se na Historiografia Linguística o trabalho de Maria Filomena Gonçalves (2003). A autora procurou descrever a ortografia portuguesa, do século XVIII ao início do século XX. Adotou como objeto de análise o discurso metaortográfico em textos impressos destinados à codificação gráfica. Procurou, para cada período estudado, destacar contexto histórico-cultural, sistemas ortográficos, repertório vocálico e consonantal (plano alfabético), pontuação (plano extra-alfabético), conceitos de ortografia, gramática, princípios ortográficos e variação linguística. A respeito do século XIX, Gonçalves (2003, p. 298) atesta o predomínio da corrente etimológica e a emergência da corrente fonética.

Outra importante colaboração é a de Ricardo Cavaliere (2000), ao incluir o assunto no estudo que faz das gramáticas científicas. Cavaliere (2000, p. 189) afirma que os principais problemas da ortografia portuguesa eram a falta de sistematização e a correção exacerbada. Segundo o autor, a ortografia chamada de usual, na verdade, era

pseudoetimológica. Reconhece na discussão entre adeptos de uma ortografia fonética ou etimológica uma motivação política: a ortografia fonética subordinaria a grafia portuguesa aos idealizadores espanhóis, antigos rivais. Para Cavaliere (2000, p. 190), essa falta de sistematização e unificação permanece até a década de 30 do século XX, quando brasileiros e portugueses firmam o primeiro acordo.

Já Rolf Kemmler (2001) procurou descrever a ortografia portuguesa do século XVI até a reforma ortográfica de 1911. Tomou como objeto de investigação o texto metaortográfico e sua periodização. O autor chama de “soluções ortográficas” as propostas de representação gráfica de cada autor. Kemmler considera que até o final do século XVIII os autores guardam certa proximidade quanto às ideias ortográficas. Para o estudioso, seriam “variações mais ou menos etimologizantes do que se pode chamar ortografia fonético-etimologizante” (KEMMLER, 2001, p. 249). A defesa de uma ortografia baseada no uso dos douts, como era conhecida a ortografia usual, embora com bases antigas, teria começado no século XVIII.

Expostas algumas importantes referências, vale dizer que este trabalho objetiva narrar a história do conhecimento ortográfico, considerando as gramáticas escolares como uma possibilidade de reconhecer um tipo de registro que estabeleceu tal conhecimento e as representações ideológicas que o fundamentaram. Considera-se essencial o resgate às condições contextuais de produção, bem como de recepção e de difusão desse saber. O olhar teórico-metodológico é mais do que necessário. Mais ainda: deve ser um olhar capaz de reconhecer os valores de uma dada sincronia, capaz de fazer emergir as práticas de escritura e de leitura de cada tempo a fim de que realmente sirvam de parâmetro de letramento.

3 CONSTRUÇÃO DE *CORPUS* METALINGUÍSTICO

Considera-se essencial o rigor metodológico na seleção de gramáticas para compor o *corpus* metalinguístico, por isso, procurou-se investir em critérios de seleção. Como a intenção era descrever a norma gráfica subjetiva da segunda metade do século XIX no Brasil, a partir do princípio etimológico, buscou-se levantar os materiais metalinguísticos que fossem expressão de prescrição/descrição de seu tempo.

Dentre as possibilidades disponíveis para o século estudado, destacaram-se as ortografias¹, os dicionários monolíngues e as gramáticas escolares. Cada material, a seu modo, permite recuperar os saberes acerca do conhecimento metalinguístico. Optou-se como critério de escolha de material a difusão da obra, isto é, o impacto que um determinado material alcançou em seu tempo. Acredita-se que quanto maior a difusão de um material, maiores são as chances de representar o pensamento de sua época. Por esse critério, reconhece-se a capacidade de sistematização das ortografias, bem como o testemunho dos valores que os usos representavam; no entanto, percebe-se que a circulação desses textos era bem restrita comparada a outros materiais. Um exemplo sobre

¹ Chama-se aqui de “ortografias” todas dissertações que se debruçaram sobre o assunto ortográfico. Kemmler nota que a partir do século XIX os trabalhos voltados para ortografia não serão “tratados de ortografia propriamente ditos” (KEMMLER, 2001, p. 253), mas programas de reformas.

esse problema vê-se no texto “Bases da Ortografia Portuguesa” (1885), de Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) e Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu (1842-1907). Embora seja um estudo pertinente, que procurou reconciliar os dois sistemas considerados opostos (fonético e etimológico), estava limitado à publicação da “Enciclopedia de ciência, arte e literatura”, conforme aponta Kemmler (2001, p. 268). Quanto ao dicionário, apesar de ser um material de consulta e, portanto, disponível para além do domínio escolar, não apresentava caráter sistematizador ou normatizador, apenas listava as palavras, muitas vezes, como se vê em Moraes Silva (1813), permitindo mais de uma grafiação. Já a gramática escolar dispunha de caráter sistematizador e era vinculada às instituições de ensino, isto é, há referências de sua rede de difusão, por isso, a preferência por tal material.

Mesmo adotando as gramáticas como *corpus*, os testemunhos dos dicionários e ortografias são fundamentais para o reconhecimento de valores em seu tempo e serão oportunamente citados neste trabalho. A simples escolha da gramática como material de estudo ainda não foi suficiente para se definir o *corpus*. Um breve levantamento de gramáticas oitocentistas constatou a fecundidade da produção metalinguística em terras brasileiras. Por isso, considerou-se, para a seleção de gramáticas, o reconhecimento da tradição da gramática, atestada pela Historiografia, como sendo um material que expressasse o saber linguístico de seu tempo. Considerou-se também o período de sua publicação (segunda metade do século XIX), bem como a indicação de sua adoção em instituições de ensino no Brasil. Por fim, foi fundamental escolher gramáticas em que fosse possível controlar a sua tradição. Em outras palavras, as gramáticas selecionadas deveriam ter alcançado repercussão a ponto de merecerem pelo menos três edições. Na comparação entre edições de um mesmo gramático, seria possível observar como a norma gráfica foi transmitida, se a transmissão trouxe alterações e se as alterações impactaram no próprio texto desses materiais.

Outra questão concernente à escolha de gramáticas leva em consideração o seguinte testemunho:

[...] cada gramática, e cada dicionário apresenta seu sistema próprio, poucas vezes justificado, ou mesmo explicado, afora as divergências na escrita de inúmeros vocábulos, assistemáticos, ou em desacordo com os sistemas seguidos, isto quando mesmo os seus autores adoptaram ou inventaram algum (VIANA, 1904, p. 1).

Viana aponta para a inexistência de uniformidade na prescrição gráfica do século XIX. Assim, cada gramática poderia apresentar seu próprio sistema. Isso implicou, para a pesquisa, decidir se caberia descrever uma gramática, destacando a sua singularidade, ou descrever um grupo de gramáticas, apontando consensos e dissensos entre as obras. Como o trabalho descreve a inserção do princípio etimológico em materiais metalinguísticos, julgou-se mais pertinente a segunda opção, que permite reconhecer, em mais de um testemunho, os valores de seu tempo e a pertença desses autores a uma tradição de escrita.

Por esse caminho, as gramáticas escolhidas foram: Grammatica Portugueza (1871) de Sotero dos Reis (1800-1871), Grammatica da Lingua Portugueza (1894) de Pacheco da Silva Junior (1842-1899) e Boaventura Plácido Lameira de Andrade (-1897), Grammatica

Portuguesa (1881) de Julio Ribeiro (1845-1890), *Grammatica Portuguesa* (1888/1894) de João Ribeiro (1860-1934) e *Grammatica Portuguesa* (1897) de Alfredo Gomes (1859-1924). São gramáticas brasileiras, consideradas relevantes para os estudos das ideias linguísticas, consoante à Gramaticografia (FÁVERO e MOLINA, 2006; CAVALIERE, 2001).

Foi fundamental realizar um controle de perfis sociais dos gramáticos estudados. A intenção foi identificar o período de atuação desses autores, os espaços e deslocamentos realizados ao longo da vida, como indicadores de difusão de seu material, as atividades que desenvolveram, como possibilidade de reconstruir as redes sociais que participaram, a formação e os referências teóricos, que influenciaram suas produções metalinguísticas. Apenas para ilustrar um aspecto biográfico, aponta-se aqui a área de atuação desses gramáticos correlacionada à atuação no ensino.

Sotero dos Reis teve sua atuação concentrada no Maranhão, onde exerceu diversas funções, dentre elas, a de professor de Língua Latina e professor de Língua Portuguesa e Literatura. Vale mencionar que, além de obras gramaticais, publicou textos sobre literatura. Já Pacheco da Silva Junior² lecionou inglês no Liceu de Artes e Ofícios. Depois da aprovação em concurso, foi nomeado lente de Português e História Literária do Imperial Colégio Pedro II (Ginásio Nacional). Quanto ao médico e professor Alfredo Gomes atuou no Colégio Militar e no Colégio Pedro II, ambos do Rio de Janeiro. Foi diretor geral da Instrução Pública a partir de 1888. Além disso, fundou seu próprio colégio no mesmo período. Gomes fez parte ainda da equipe organizada por Benjamin Constant para organizar a Escola Normal. Por sua vez, com maior deslocamento geográfico, João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes (1860-1934) nasceu em Laranjeiras (Ceará) no dia 24 de agosto de 1860. O gramático estudou Humanidades no Ateneu Sergipense de Aracaju. A seguir, transferiu-se para a Bahia para cursar medicina. No entanto, desistiu e, em 1881, partiu para o Rio de Janeiro com o objetivo de estudar engenharia na Escola Politécnica, não obtendo mais uma vez êxito. No Rio de Janeiro, foi colaborador em diversos periódicos, oficial da Biblioteca Nacional, além de professor em diversas instituições. Contudo, formou-se apenas em 1894 em ciências jurídicas e sociais. João Ribeiro faleceu no Rio de Janeiro no dia 13 de abril de 1934. Por fim, com maior mobilidade em sua atuação profissional, Julio Ribeiro Vaughan (1845-1890) nasceu em Sabará (MG). Após realizar os primeiros estudos em Sabará, Ribeiro mudou-se para o Rio de Janeiro em 1862 para estudar na Escola Militar. No entanto, em 1865, interrompeu os estudos nessa instituição e dedicou-se ao jornalismo e ao magistério. Foi, inclusive, proprietário de jornais, como o *Sorocaba* (1870), dirigiu *A Procelária* (1887) e *O Rebate* (1888) e colaborou no *Estado de S. Paulo*, *Diário Mercantil*, *Gazeta de Campinas* e *Almanaque de São Paulo*. No magistério, foi professor na cadeira de Latim na Faculdade de Direito em São Paulo. Lecionou também como professor de Retórica do Colégio Pedro II no Rio de Janeiro (1889). Faleceu em Santos (SP) em 1890.

Além do controle biográfico dos gramáticos, registram-se alguns aspectos materiais sobre cada gramática a fim de relacionar traços do contexto de produção ao

²Não se localizaram informações biográficas de Lameira de Andrade.

conteúdo gráfico reconhecido no material. Dessa forma, coube controlar as edições e a data de publicação, os editores de cada edição, o local de publicação e o seu público-alvo.

Os textos estudados de Sotero dos Reis foram: *Postillas de Grammatica Geral* – 3ª edição (1870), *Grammatica Portugueza* – 2ª edição (1871) e *Grammatica Portugueza* – 3ª edição (1877). O primeiro texto não expõe conteúdo gráfico. O foco do autor é a sintaxe. Isso revela o caráter particular que ortografia merecia na abordagem gramatical filosófica. O texto publicado em 1871 é a segunda edição de sua *Grammatica Portugueza*. Esse texto foi revisto, corrigido e anotado pelos herdeiros do autor, Francisco Sotero dos Reis Junior e Americo Vespucio dos Reis. São esses herdeiros que testemunham a adoção da gramática nas aulas públicas das principais províncias do Império (SOTERO DOS REIS, 1871, p. ii). Tendo esgotada rapidamente a primeira edição feita pelo pai, empenharam-se em reapresentar ao público uma nova edição. No empreendimento de revisores e anotadores, foram guiados por Luiz Carlos Pereira de Castro, professor de gramática da Língua Portuguesa no Liceu do Maranhão. Além de zelar pela conservação gráfica do texto e sua uniformização, os autores procuraram elaborar notas, onde houvesse obscuridade de exposição. Ao esgotar o contrato da 2ª edição com os senhores Antonio Pereira Ramos de Almeida & Companhia, os herdeiros resolveram contratar os Senhores Magalhães & Companhia para a nova edição. Enquanto os herdeiros garantiram o papel de revisores e anotadores da 3ª edição, delegaram à livraria a função de editores e proprietários. Caberia às livrarias contratadas reproduzir as gramáticas e comercializá-las, bem como zelar pela autenticidade da obra. Todas vinham com instruções, alertando que deveriam estar assinadas pelo livreiro. Segundo as instruções, os direitos pertenciam à livraria e aos filhos do gramático. Esse procedimento indica a consciência dos direitos autorais, bem como a existência de cópias clandestinas, que ratificariam a repercussão do texto, uma vez que esse tipo de prática associado aos fins comerciais esteve sempre atrelado ao sucesso de venda.

Sob o modesto título de “Noções de grammatica portugueza” (1887), Silva Junior e Lameira Andrade reaproveitam parte do material que Silva Junior (1877) já vinha publicando em fascículo. Com Andrade, Silva Junior molda aquilo que vai ser a partir da segunda edição a “Grammatica da lingua portugueza”. Quando escreveram “Noções de grammatica portugueza” já tinham em mente a confecção de uma gramática completa, porém, com intuito de atender ao novo programa para os exames gerais de preparatórios, elaboraram um texto que auxiliasse a mocidade estudiosa, pois não havia material que se prestasse a essa tarefa (SILVA JUNIOR, 1887, p. 3). Na década de 90, os autores retomam o mesmo trabalho, procurando abreviar, desenvolver ou corrigir os assuntos da gramática. Silva Jr e Andrade testemunham que essa edição teria alcançado formalmente o “molde definitivo de grammatica” (SILVA JUNIOR, 1894, p. 3). Outra informação dessa edição é o fato de estar assentada na história e na comparação, “unico methodo de ensino racional” (SILVA JUNIOR, 1894, p. 3), segundo os autores. Conforme atestam no segundo prefácio, a maneira como os assuntos são apresentados vai ganhando novas feições até chegar à segunda edição. Na edição de 1887, os diversos assuntos são apresentados por lição. Assim, na primeira lição os autores definem os tipos de gramática que estão implícitos em suas investigações. Nessa mesma lição, abordam assuntos, como fonologia (envolvendo fonética e grafia) e notações léxicas. Já na quinta lição expõem os

sistemas ortográficos como causas da irregularidade gráfica. Na edição de 1894, como os autores alertam, o texto ganha realmente feição de gramática. A gramática divide-se em duas partes: Lexicologia e Sintaxe. A lexicologia é dividida em “Phonologia”, “Taxionomia” e “Morphologia”. A seção “Phonologia” está dividida, por sua vez, em “Observações preliminares”, “Phonetica”, “Metaplasmos”, “Accento e quantidade” e “Orthographia”. De maneira geral, os manuais de Silva Jr. e Andrade destinavam-se aos estudantes de Língua Portuguesa. No entanto, da mesma forma que cada trabalho atendia a um objetivo, cada título voltava-se para um público específico. O texto de 1887 tinha como público-alvo os estudantes que se preparavam para os exames gerais. A edição de 1894 destinava-se aos alunos dos ginásios, liceus e escolas normais. Outro ponto que merece menção é o diálogo que estabelece com outras obras do mesmo período. Silva Junior e Andrade citam em nota de rodapé a gramática do “distinto professor Julio Ribeiro”, a quem consideram de grande valor, embora discordem em alguns pontos (SILVA JR.; ANDRADE, 1887). Citam ainda o trabalho de Fausto Barreto e do “distinto philologo Dr. Alfredo Gomes”, quando se refere à evolução do grupo <ct>. (SILVA JR.; ANDRADE, 1894, p. 87).

Indicada para o ensino secundário e dedicada à província de São Paulo, especialmente, à cidade de Campinas, a 1ª edição da “Grammatica Portugueza” de Julio Ribeiro foi produzida pela Typografia de Jorge Seckler. A repercussão de sua gramática garantiu a publicação da 2ª edição corrigida e aumentada pelo próprio autor e publicada por Teixeira & irmão editores, sem grandes alterações na parte destinada à ortografia. O sucesso comercial chamou a atenção da Livraria Francisco Alves que passou a publicá-la no início do século XX, mesmo não tendo mais o autor em vida. Com a Livraria Francisco Alves, sua publicação alcançou pelo menos as três principais capitais (São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro), como se observa na capa da 8ª edição de 1909. Seu sucesso faz-se sentir quando se observa a rápida reedição de seu texto (2ª edição, 1885) e a quantidade de edições que sua gramática recebeu. De 1881 a 1919, foram 13 edições. A gramática de Julio Ribeiro é também citada por personalidades da época, ou seja, para os gramáticos do final do século XIX e início do século XX, é fonte de consulta e de debate. No prefácio da segunda edição, por exemplo, afirma que recebeu elogios pela imprensa de Ruy Barbosa, Theophilo Braga e Conselheiro Viale.

João Ribeiro, em meados da década de oitenta do século XIX, tendo em vista a prática de sala de aula do Colégio Pedro II, elabora três gramáticas, para atender o curso primário (1º ano), o curso secundário (2º ano) e o curso superior (3º ano). Dessas gramáticas, analisa-se o conteúdo gráfico do curso primário e do curso superior. Assim, é possível observar, nos extremos, o tratamento gráfico, tanto de forma elementar, quanto de forma crítica e complexa. Consta, no prefácio da 2ª edição da “Grammatica Portugueza” destinada ao 3º ano, o testemunho do autor, afirmando que os dois mil exemplares da 1ª edição se esgotaram em apenas 4 meses. Ainda em 1897, a gramática do curso primário já havia alcançado a marca de 14 edições. Essa mesma gramática em 1926 chegou a 89ª edição, enquanto a gramática do curso superior chegou em 1930 a 21ª edição. O sucesso de edições deve-se a muitos fatores, como a tradução moderada das novas teorias gramaticais ao universo estudantil, a adoção em instituições de referência, como o Colégio Pedro II, a boa crítica de homens letrados e a divulgação da Livraria Clássica de

Alves. Além disso, seus textos foram constantemente corrigidos, aumentados e atualizados, o que permitiu acompanhar as transformações do ensino até a década de 30 do século XX. O próprio autor reconhece o papel da crítica favorável. Segundo Ribeiro, deve-se “ter em conta a exaggerada benevolencia dos nossos mais abalisados criticos” (RIBEIRO, 1888, p. ii). Homens como o presidente do Instituto Philologico Carlos Laet, Capistrano de Abreu, Silvio Romero, Felisbello Freire e muitos outros escreveram em jornais (*Gazeta de Noticias*, por exemplo) e revistas (com, por exemplo, *Microcosmo*) identificando, em seu livro, dentre outras coisas, muitas novidades e boa redação. A aprovação do material transcende aos comentários da imprensa. Consta inclusive na capa da gramática do curso primário a informação de que “o curso da lingua portugueza do auctor foi premiado pelo jury da Exposição de objectos escolares em 1888 com o diploma de 1ª classe”. A penetração nas demais províncias contou com o apoio da Livraria Alves. Com sede no Rio de Janeiro e São Paulo, depois também em Belo Horizonte, sem dúvida facilitava a circulação de seus textos. Segundo Ribeiro, os elogios vinham de estados, como Pará, São Paulo, Ceará e Pernambuco (RIBEIRO, 1888, p. iii).

O gramático Alfredo Gomes também teve a seu favor uma quantidade expressiva de edições da “Grammatica Portugueza”, que indica sua ampla aceitação pelo grande público, sobretudo, sua aceitação nas instituições de ensino. Tratava-se de uma opção de gramática científica, sobretudo, para as instituições militares que não aceitavam a gramática de Júlio Ribeiro. A obra destinava-se a estudantes do ensino secundário de muitas instituições de ensino. Na edição de 1897, por exemplo, consta na capa que era utilizada no Gymnasio Nacional, Escola Normal, Escola Militar, Collegio Militar, Collegio Abilio e Gymnasio Mineiro. Em 1911, outras instituições passaram a ser citadas na capa da gramática: Collegio de Pedro II, Internato Bernardo de Vasconcellos, Lyceus Literario Portuguez e de Artes e Officios. Antes mesmo da virada do século XIX para o século XX, já havia 7 edições. As reedições prolongaram-se até o ano da morte do autor (1924). Sua gramática ainda contou com a comercialização em outras capitais brasileiras, como São Paulo e Belo Horizonte, de acordo com as informações da capa da gramática. Consta na capa da 15ª edição, publicada em 1913, que a gramática, além de ser vendida no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, também era vendida em Paris e Lisboa numa associação entre a Livraria Alves e a Livraria Aillaud.

Constituído o *corpus*, buscou-se estabelecer os pontos de análise do conteúdo gráfico presente nas gramáticas. Para cada gramática, procurou-se identificar alguns aspectos gerais, como orientação da gramática (filosófica ou científica)³, conceitos fundamentais (gramática e língua) e divisão da gramática (Fonologia, Morfologia e Sintaxe, por exemplo). Além desses aspectos gerais, procurou-se descrever a organização do conteúdo gráfico-normativo, identificando a seção e o posicionamento da seção em

³ Considera-se a periodização proposta por Cavaliere (2002) baseada na representatividade da obra e fontes teóricas. Assim, têm-se os períodos: embrionário (1595 a 1802), racionalista (1802 a 1881), científico (1881 a 1941) e linguístico (1941 até nossos dias). As gramáticas estudadas nesta pesquisa localizam-se entre os períodos racionalista (também conhecido como filosófico), com destaque para Sotero dos Reis (1877), que retrata “as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente” (CAVALIERE, 2001, p. 58); e científico, na sua fase inaugural, com destaque para Julio Ribeiro (1881), que representa a atualização dos estudos brasileiros através do método histórico-comparativo desenvolvido na Europa.

relação aos demais conteúdos. Identificaram-se os assuntos abordados nessa seção, bem como o elenco de grafemas etimológicos apresentados por cada gramático. Por fim, verificou-se ainda se houve alguma alteração no conteúdo gráfico-normativo entre as reedições das gramáticas estudadas.

4 OS SABERES SOBRE AS ORTOGRAFIAS OITOCENTISTAS

Como afirmado anteriormente, optou-se por analisar as regras “ortográficas” e os grafemas consonantais etimológicos de gramáticas escolares. Contudo, os outros materiais auxiliam na compreensão do valor atribuído ao princípio etimológico e até mesmo na compreensão sobre o que era “ortografia nos oitocentos”. Na tentativa de se observar “interação das tradições e do contexto” (AUROUX, 1992, p. 14), essa seção inicia-se apontando o conceito de “ortografia”, que a tradição trouxe até o século XX, como sendo o:

[...] conjunto de regras estabelecidas pela gramática normativa que ensina a grafia correta das palavras, o uso de sinais gráficos que destacam vogais tônicas, abertas ou fechadas, processos fonológicos como a crase, os sinais de pontuação esclarecedores de funções sintáticas da língua e motivados por tais funções etc. (HOUAISS, 2001).

A definição presente no Dicionário Houaiss indica que ortografia se ocupa basicamente de transmitir um modelo de “grafia correta das palavras”, posicionamento ajustado à etimologia da palavra em que se tem o antepositivo de origem grega *orthós*, que significa “reto, direito, correto, normal, justo, levantado, teso, direto etc.” à frente do pospositivo de mesma origem *graphê*, ‘escrita’ (HOUAISS, 2001). Isso pressupõe um modelo fixo, unificado, estabelecido e disponível aos escreventes de uma língua, realidade construída no século XX para os escreventes lusófonos. No entanto, não havia um modelo fixo para o século XIX. O Dicionário de Moraes Silva (1813) ratifica essa afirmação, como é possível observar a seguir:

Não busques vocábulos com Ç em principio de Artigo, que todos reduzi à Lettra S. O que não achares com *ph* busca com *f*, e vice versa : ás vezes se escreve com *g* antes de *e*, *i*, ouque outras vezes se achará com *j* : a tudo obriga a incoherencia da actual Ortografia. (MORAES SILVA, 1813, p. viii)

Esse trecho encontra-se na introdução do dicionário. Ali o autor relata a tentativa de sistematização das sibilantes e as dificuldades para representar as palavras, apontando para a “incoherencia da actual Ortografia”. Esse trecho é muito simbólico para ilustrar a abertura à variação gráfica nos oitocentos, pois apresenta duas palavras (‘incoherencia’ e ‘actual’) sob o princípio etimológico e uma palavra (‘Ortografia’) sob o princípio fonético. Nesse dicionário, é possível localizar o verbete “ORTHOGRAPHÍA” em que diz:

ORTHOGRAPHÍA, s. f. Arte, que ensina a representar bem com letras os sons, e as modificações deles, nas vozes, ou palavras, de que usamos. V. *Ortografia*. §. A Arte do desenho; o desenho feito. §. Perfil : t. de Fortif. (MORAES SILVA, 1813, p. 373).

Nessa definição, percebe-se a associação do conteúdo gráfico à palavra “Arte”, termo muito recorrente nas definições de gramáticas, presente, inclusive, na obra de Dionísio de Trácia, no século II a.C., e estava associada à ideia de “técnica” pedagógica usada como instrumento para leitura de obras (AZEREDO, 2015, p. 199). Utilizar a ortografia significa se apropriar de uma técnica (ou conhecimento gráfico) e aplicá-la em sua prática. Tanto na definição de Houaiss quanto na definição de Moraes Silva é um saber que “ensina”, isto é, serve de referência aos escreventes.

Curiosamente, na mesma página, na mesma coluna, um pouco mais abaixo do verbete ORTHOGRAPHÍA, encontra-se o seguinte verbete:

ORTOGRAFÍA, s. f. João de Barros, na sua Grammatica, diz que assim devemos escrever esta palavra, não obstante pedir a Etymologia, que se escreva que orthographia; porque havemos de escrever como pronunciamos. Veja-se o Discurso da Língua Portuguesa de Severim, porque na ultima Edição da Grammatica de Barros, p. 184, linha 23, erradamente se imprimir Orthographia. (MORAES SILVA, 1813, p. 373).

Neste caso, não mais uma definição é apresentada, e sim um comentário sobre a forma de escrever a palavra do verbete. Para isso, encontra autoridade em João de Barros, um dos primeiros normatizadores da Língua Portuguesa, ao preferir escrever tal palavra de acordo com a pronúncia, muito embora se encontre em sua gramática a palavra escrita conforme o princípio etimológico, ou seja, mesmo assumindo um princípio, deixa transparecer uma tendência do período.

As propostas de reforma ortográfica apontam também para a coexistência de normas. Jozé Barbóza Leão, cirurgião de brigada do exército, que encaminhou uma proposta de reforma à Real Academia de Ciências portuguesa na década de 70 dos oitocentos, afirmava que, “segundo os especialistas, <<orthographia>> é a parte da grammatica que ensina a escrever sem erros>>.” (BARBÓZA LEÃO, 1878, p. 2-3). A definição se aproxima da tradição que chega ao século XX, como visto em Houaiss, e também é observável no século XVI, na gramática de João de Barros, quando este diz “ciencia de efcreuer dereitamente” (BARROS, 1540, p. 40). Contudo, Barbóza Leão faz o seguinte relato:

Aceitamos a definição: mas o peor é que elles não nos dão regras certas, em virtude das quaes se possa afirmar que se escreve certo ou errado” (BARBÓZA LEÃO, 1878, p. 2-3).

Barbóza Leão reconhece a tradição relacionada ao conceito de ortografia, ao mesmo tempo, percebe a sua inaplicabilidade por não existir naquele momento regras que pudessem guiar as práticas gráficas. Para Kemmler (2001), Barbóza Leão seria o principal nome que desencadeou a discussão sobre uma reforma “fonético-fonográfica”. Tal discussão, em forma de parecer, foi levada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. A Academia posicionou-se em favor da etimologia, alegando falta de base fonética para se estabelecer uma “ortografia sónica”. Foi apenas com a insistência de Gonçalves Viana que o assunto passou a ser discutido por acadêmicos e integrantes de órgãos do estado (KEMMLER, 2001, p. 275). Na Ortografia Nacional (1904), Gonçalves Viana expõe uma ortografia com correspondência de distinções fonológicas, neutralização da variação

fonética e eliminação de artifícios etimológicos sem correspondência com a língua falada. Esse texto repercutiu positivamente, tanto que serviu de base para a elaboração de uma ortografia oficial do governo português concluída em 1911.

Na Ortografia Nacional, Gonçalves Viana reconhecia a falta de consistência na ortografia portuguesa:

Se há certa uniformidade nas palavras e formas gramaticais mais usuais e correntes, deixa de havê-la logo que tais formas ou palavras são mais raras, e neste caso as contradições e arbitrios dependem do critério de cada escritor, de cada redactor, de cada amanuense, ou de um director, raras vezes mais competente que o seu subordinado para resolver questões destas” (VIANA, 1904, p. 3).

Nesse testemunho, Gonçalves Viana não só ressalta as dificuldades de uniformidade na representação das palavras, como aponta para a prática dos escreventes baseada no princípio usual. Segundo o filólogo, havia uma certa estabilidade na representação gráfica de palavras recorrentes e uma instabilidade na representação gráfica de palavras raras.

Uma leitura dos testemunhos deixados pelos gramáticos analisados neste trabalho reforça as afirmações feitas por João Moraes Silva, Jozé Barbóza Leão e Gonçalves Viana. Julio Ribeiro vai afirmar em sua gramática que “Não está ainda fixa a orthographia da lingua portugueza” (RIBEIRO, 1881, p. 22). Esse gramático vai ainda dizer que prevalece o elemento etimológico. Isso acena para coexistência de princípios e destaca a relevância do etimológico frente aos princípios disponíveis na época. Maria Filomena Gonçalves (2003) vai explicar a preferência pelo princípio etimológico:

[...] a etimologia é o princípio matricial no qual se reconhecem, pelo menos em parte, sistemas com origens ou patrimônios comuns. Por isso, esse princípio ortográfico parece eivado de marcas semânticas, e até simbólicas, cuja função, à luz da filiação no latim, era valorizada pelos chamados <<etimologistas>>, tanto os que defendiam a vigência do vínculo com a matriz, alinhando na corrente etimológica que remontava ao século XVI, como os que militavam no comparativismo, já em pleno século XIX, vendo na conservação das grafias antigas uma importante fonte filológica” (GONÇALVES, 2003, p. 397).

Sabe-se que a representação com base em sua origem já era praticada nos textos contemporâneos a João de Barros (BARBOSA; LIMA; MARCOTULIO, 2018). Nas últimas décadas do século XIX, o princípio etimológico parece ter se tornado ainda mais relevante. Nesse sentido, Pacheco da Silva Jr e Lameira Andrade afirmam que os eruditos sistematicamente começaram a vazar as “fôrmas portuguezas em moldes latinos” (SILVA JR.; ANDRADE, 1894, p. 124), em consonância à busca por elementos clássicos da cultura greco-romana.

João Ribeiro, ao procurar apresentar o conteúdo gráfico em sua gramática, vai dizer que “nenhum dos systemas orthographicos póde obter a unidade graphica da escripta” (RIBEIRO, 1898, p. 51). Isso significa que também reconhece a coexistência de princípios/sistemas. E ainda mais: de que não há unidade gráfica. Ricardo Cavaliere (2000), ao estudar as gramáticas oitocentistas, reforça a afirmação de João Ribeiro, destacando a “inaplicabilidade de um sistema ortográfico em que não existem parâmetros

bem definidos de uso das letras e sinais gráficos” (CAVALIERE, 2000, p. 213). João Ribeiro acreditava que a “orthographia” alcançaria a simplificação “no sentido de fidelidade maior á prosodia” (RIBEIRO, 1898, p.52), mas “os proprios phonetistas não estão de accôrdo quanto á extensão da reforma” (RIBEIRO, 1898, p. 49). Nessa fala, apresenta o outro princípio concorrente do etimológico: a pronúncia.

Por essa inconsistência nos modelos de ortografia, muitos vão seguir a orientação de Sotero dos Reis: “melhor é seguir a orthographia dos escriptores contemporaneos de melhor nota” (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 277). Reconhece-se nessa afirmação a intenção de sistematizar os usos, tendo como referência redatores considerados modelares de sua época. Como cada autor é um modelo, ainda não era uma solução definitiva para o problema de representação.

Os gramáticos estudados reconhecem a existência de três princípios: fonético, etimológico e usual. O princípio fonético acompanharia a pronúncia dos vocábulos, em muitos casos, estabelecendo a relação unívoca entre som e símbolo. O problema desse princípio é a existência de variação na pronúncia. Sotero dos Reis já tinha a consciência de que a língua varia “em cada provincia, e em cada seculo” (SOTERO DOS REIS, 1871, p. 275), o que demandaria a existência de várias ortografias. Por esse caminho, a pesquisadora Maria Helena Mira Mateus procurou argumentar sobre a base fonológica que deveria orientar o estabelecimento de uma ortografia:

Um dos problemas que dificulta a aprendizagem de qualquer ortografia resulta de ser impossível que uma ortografia represente, de forma exaustiva, a variação contextual dos elementos fonológicos (MATEUS, 2006, p. 10).

Mateus (2006, p. 11) reforça sua tese, reconhecendo que alguns sons não são produtivos, o que torna desnecessário representar por duas letras diferentes.

Já o princípio etimológico procuraria representar os sons da fala de acordo com a palavra de origem. Rita Marquilhas, ao observar esse princípio em textos do século XVIII, já ponderava que:

[...] a etimologização será a expressão de uma regra ortográfica derivada de considerações pragmático-gráficas e estético-gráficas, e não de estruturas do sistema fonológico” (MARQUILHAS, 1991, p. 80).

Sua limitação está justamente na oposição entre forma e pronúncia dos termos derivados. As formas etimológicas se afastam de tal maneira da pronúncia que dependem de um grau elevado de conhecimento para a representação.

Por fim, o princípio usual ou misto comungaria dos dois princípios anteriores, imprimindo nas palavras elementos etimológicos, quando não ocorresse a oposição com a pronúncia, tendo a vantagem de melhor acomodar as modificações que as palavras sofrem no tempo, de contemplar o léxico popular e erudito e de se aproximar dos usos modelares de seu tempo. Rolf Kemmler, ao analisar os sistemas ortográficos oitocentistas, reconhece a relevância da ortografia usual:

Até finais do século XIX, o sistema ortográfico predominante, tanto em Portugal como no Brasil, era a ortografia usual, uma norma reconciliadora entre as tendências etimologizante e fonética, incluindo ainda fortes traços pseudoetimológicos. (KEMMLER, 2009, p. 53).

Nessa análise de Kemmler, nota-se não só a presença de elementos etimológicos e da pronúncia, mas também pseudoetimológicos, ou seja, na tentativa de se filiar a uma tradição de escrita, era comum o redator criar formas latinizadas sem fundamento etimológico. A consistente aplicação do princípio etimológico dependia do grau de contato dos redatores com textos modelares de sua época. Os gramáticos oitocentistas estudados concordam sobre a aplicação desse terceiro princípio, apesar de possuir as mesmas limitações dos demais.

Nesta seção, procurou-se recuperar os testemunhos do período estudado sobre o saber ortográfico. Esses testemunhos concordam sobre a coexistência de princípios e a dificuldade para se estabelecer unidade gráfica. Constituem um discurso menos inflamado do que as propostas de reforma. Para isso, recorrem a descrição dos usos de seu tempo.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA NORMA GRÁFICA NAS GRAMÁTICAS

Apresenta-se nesta seção o conteúdo gráfico das gramáticas de Sotero dos Reis, Silva Junior e Lameira Andrade, Julio Ribeiro, João Ribeiro e Alfredo Gomes. A intenção é reconhecer como foi abordado o conteúdo numa perspectiva fenomenológica. Isso significa reconhecer nesse material elementos que permitam compreender os saberes articulados à tradição escrita, especificamente, a grafia etimológica. Assim, convém apurar a localização do conteúdo, sua disposição, constituição e o elenco de grafemas etimológicos. Esse elenco configura-se como possibilidade de se estabelecer um parâmetro de erudição gráfica.

A ortografia, em Sotero dos Reis, compõe-se de dois planos: alfabético e extra-alfabético. O alfabético seria formado por grafemas que representariam cada som da língua. Já o extra-alfabético, os sinais de pontuação que ajudam na organização do discurso. O autor reconhece que perdeu mais tempo nessa parte da ortografia, porque poderia ser mais especulativa, uma vez que se associa à sintaxe. No plano alfabético, sua descrição não é exaustiva. Acredita, inclusive, que a informação já é do conhecimento do aluno. Elenca apenas alguns casos que dariam margem à dúvida. O elenco de grafemas consonantais etimológicos é construído a partir desses casos. Convém destacar que não há alterações gráficas na seção ortografia entre as edições. Na descrição do plano alfabético, não são os grafemas que estão em destaque, mas a própria regra que tem como exemplo os grafemas latinos e helênicos. O elenco é formado por geminadas, compostos por <h> e compostos por caracteres mudos. As geminadas ocupam maior espaço, pois são exemplos de duas regras: uso das consoantes dobradas e escrita por analogia. A regra dos compostos por <h> indica um uso essencialmente etimológico. Afirma o autor que tais grafemas devem ser usados em palavras de origem grega.

As edições da gramática de Pacheco da Silva Jr. e Lameira Andrade expressam o esforço não só de atualizar o método de estudo, como também adequar-se ao público específico. Adeptos da gramática histórico-comparativa, tomam como objeto de estudo a palavra, que deve ser estudada individual (lexeologia) e coletivamente (sintaxe). Essa

investigação é comparada à investigação das ciências biológicas, pois sugerem que a palavra possui esqueleto, carne e alma e deve ser definida, classificada e exemplificada. Caberia à história buscar explicações na origem das palavras e à comparação, relacioná-las a outras línguas, a fim de compreender os fatos da linguagem. Como fazem parte do mesmo fato (a palavra), fonética e ortografia se confundem. Assim os grafemas são apresentados em “Noções preliminares” e “Phonetica”, restando à “Orthographia” o tratamento dos sistemas gráficos (fonético, etimológico e misto) coexistentes.

Pacheco da Silva Jr (1877), embora não apresente uma descrição exaustiva, consegue ser ilustrativo. Seu repertório de grafemas representa quase todos os tipos de grafemas (geminadas, compostas por <h>, compostas por mudas e simples). Para cada grafema, o autor apresenta a origem, possíveis fases entre o latim e o português e a forma resultante em português. Cada caso é sistematicamente exemplificado. Observa-se que não há alterações do conteúdo gráfico entre as edições. Há apenas acréscimo de uma seção chamada Reforma Ortográfica de 1907 na edição de 1913. Nessa seção, são apresentadas as regras de simplificação adotadas pela Academia Brasileira de Letras em 1907. Os casos simplificados ou eliminados demonstram quais grafemas eram sentidos como etimológicos. Essa seção também nos ajuda a compreender o impacto das primeiras codificações. Embora tivessem espaço nas gramáticas, não eliminavam a prescrição já existente, ou seja, as codificações coexistiam com as normas prescritas pelos gramáticos.

Julio Ribeiro é considerado um pioneiro, pois rompe com a elucubração racionalista. Seu trabalho foi tão significativo que influenciou, segundo Parreira (2011, p. 210), muitos gramáticos de sua época, como João Ribeiro (1887), Pacheco da Silva Junior (1887), Alfredo Gomes (1887) e Maximino Maciel (1894). A repercussão também é sentida nas inúmeras escolas que adotaram seu texto, na quantidade de reedições, inclusive em outras capitais. As definições de língua, gramática, palavra, ortografia, letra, alfabeto e escrita expõem o caráter científico em que a língua é o objeto de investigação. Como a língua é o espaço dinâmico de interação e como um organismo vivo está sempre em evolução, a escrita seria a fonte ideal para a compreensão da natureza e história do homem. Por isso, a etimologia precisa ser preservada para garantir o estudo histórico-comparativo.

A ortografia em Ribeiro é uma parte da fonologia, que, por sua vez, pertence à Lexeologia, estudo da palavra. Será a palavra o foco não só dos estudos ortográficos, mas também de toda gramática. O autor organiza o conteúdo gráfico em: definições, lista de letras simples e compostas, notações ortográficas, vozes nasais, modificações de vozes (alterantes, ditongos, regras ortográficas e separação silábica). Observa-se no autor a preferência pela ortografia etimológica, desde que não contrarie a pronúncia. É desse autor a maior e a mais sistemática lista de elementos consonantais etimológicos. Tais elementos se mantêm nas edições seguintes estudadas (1885, 1909 e 1913), com algumas mudanças. As alterações no conteúdo gráfico permitem-nos verificar as tendências da norma gráfica na virada do século. Observam-se alterações que poderiam ser atribuídas ao autor (1885) e alterações atribuídas aos editores (1909 e 1913). As alterações atribuídas ao autor primam pela correção etimológica. Já as correções atribuídas aos editores, embora haja respeito pela intencionalidade do autor, não conseguem seguir com consistência as prescrições do próprio texto.

Os grafemas consonantais etimológicos (53,94% do total das letras) estão organizados em ordem alfabética. Observa-se a tentativa de sistematizar o uso por meio de listas de palavras que possuem tal elemento ou regras latinas que justifiquem o uso. Se por um lado as listas não são exaustivas, por outro as regras demandam conhecimento do Latim e não são suficientemente sistemáticas. A correção etimológica de Ribeiro sugere mais três temas: desvios etimológicos, abertura à variação gráfica e influência das línguas estrangeiras. O autor prefere o uso etimológico, mas combate o uso sem que haja fundamento. A variação gráfica é a evidência da coexistência de normas, mas, ao mesmo tempo, revela a preocupação em resolver os problemas gráficos.

João Ribeiro lança mão do método histórico-comparativo até quando significa clareza na exposição do conteúdo. A respeito desse método é moderado, porque procura conciliar na sua gramática descrição e prescrição. Dentre os temas que caberiam à prescrição está a ortografia. No entanto, reconhece a dificuldade de se estabelecer preceitos sólidos e claros para o assunto em virtude da carência de uma reforma que promovesse a simplificação e a uniformização da grafia, em direção à fonética, muito embora reconheça que não deve ser o único critério para esse empreendimento. Para o autor, ortografia “é a parte da grammatica descriptiva que ensina a escrever as palavras e as phrases correctamente” (RIBEIRO, 1898, p. 48). Como atribui à gramática descritiva o papel de prescrever regras, o autor entende que o estudo da ortografia deveria ser prescritivo. Assim, deveria ensinar a escrever as palavras, através de letras e acentos; e ensinar a escrever as frases, através dos sinais de pontuação. Em João Ribeiro, as “letras” são expostas considerando seu aspecto histórico (RIBEIRO, 1888, p. 27). De acordo com sua exposição, o grafema português <f>, por exemplo, origina-se das “letras primitivas latinas” <f> e <ph>.

Por fim, a comparação entre as gramáticas do curso superior e do curso primário demonstra a adequação do texto para cada público. Embora nas duas gramáticas fique clara a perspectiva prescritiva, a realização não tem a mesma intensidade nos dois textos. Enquanto, no curso primário, o autor, além de reconhecer a importância do exercício da leitura, procura ser claro e objetivo, destacando apenas alguns casos especiais que merecem a fixação; no curso superior, prefere uma exposição diluída em algumas seções da gramática, cabendo a comparação com outras línguas, a reflexão sobre a situação gráfica, bem como a consciência de que o assunto tende à posição marginal – realizada na gramática em edições seguintes, tendo alguns pontos até abandonados, em função das irregularidades da ortografia portuguesa.

Alfredo Gomes é um dos mais populares adeptos da gramática científica, ao considerá-la como ciência dos fatos da linguagem observáveis em qualquer língua. Essa observação científica realiza-se por meio de investigação histórica e de comparação com outras línguas. Tendo como foco a palavra, o autor divide seu estudo em “morphologia” e “syntaxe”. A “graphica”, responsável por sistematizar as representações gráficas, encontra-se no mesmo nível que a “phonetica”, “prosodia”, “taxionomia”, “campenomia” e “etymologia” – todas integrantes da “morphologia”.

A adoção do termo “graphica” implica o reconhecimento de vários sistemas coexistentes, diferente do termo “orthographia”, que implicitamente remete-nos a um único modelo gráfico. Será a consciência da existência de outros modelos gráficos que se

constituirá a abordagem do autor. Gomes procura marcar essa visão de forma direta, ao reconhecer a existência de 3 sistemas (fonética, etimológica e usual). Prefere o sistema usual que é a relação dos sistemas fonético e etimológico. Indiretamente, aponta, ao longo da descrição dos grafemas, diversos casos em que há mais de uma maneira de representar um determinado som. A partir das possibilidades, o autor opta pela forma que tem fundamentação etimológica. De acordo com o gramático, a preferência pelo sistema usual é influência da língua francesa. A referência a outra língua, além de fazer parte da natureza comparativa de sua investigação, assinala que a grafia adotada faz parte de uma tradição gráfica que não se limita a uma língua particular. O conteúdo gráfico é dividido em: estudo das notações léxicas (acentos), sistemas gráficos e representações dos sons. O autor procura organizar sua exposição apresentando para cada tópico definição, subdivisão e exemplos.

O cotejo entre as edições da Grammatica Portugueza de Alfredo Gomes aponta, sobretudo, para a preocupação didática. Os princípios básicos presentes na primeira edição não são alterados, mas se observa o interesse de tornar o conteúdo mais claro para o estudante, desde a alteração de caracteres para destacar os grafemas, até a mudança de formas sintéticas por formas analíticas no texto das regras, facilitando a compreensão. A dificuldade de sistematizar os usos em regras propriamente ditas provavelmente foi a causa do aumento de palavras nas listas de exemplos nas edições seguintes. Em boa parte dos casos, a alteração entre as edições prima pela correção etimológica. Segundo Alfredo Gomes, apenas o conhecimento etimológico é capaz de explicar muitos desses casos. Os grafemas consonantais são apresentados por articulação. Essa apresentação não só sintetiza a apresentação como também aproxima esse estudo da fonética. Destacaram-se do total de grafemas (62) 36 grafemas consonantais etimológicos. Isso corresponde a 58,06%. Em muitas articulações, encontram-se mais possibilidades etimológicas do que simplificadas. Às vezes, a variante gráfica de uma palavra não está na relação etimológica *versus* simplificada, mas na relação etimológica *versus* etimológica.

Na divisão dos grafemas por tipos de regra fica evidente que a lista de exemplos é o principal recurso (75%), o que minimiza a intenção de elaborar regras para sistematizar as realizações. Embora haja uma forte preocupação em se evitar os desvios etimológicos, a exposição em muitos casos limita-se a apresentar os grafemas com exemplos, quase sempre pouco exaustivos. A existência de regra propriamente dita restringe-se a algumas geminadas e o grafema <h> como notação ortográfica. A presença da regra pode ser um indício de onde há maior tensão em representar o vocábulo com correção etimológica. Percebe-se que a correção etimológica em Gomes é filtrada pelo uso. Nem sempre a sua preferência é sentida por ele como a adotada pelo público. Em muitos casos, aponta duas variantes, indica sua preferência e a justifica pelo fato de estar mais próxima da etimologia ou da pronúncia. Por fim, a adoção de um sistema que conforma pronúncia e etimologia, sob influência do francês, é fruto de um trabalho histórico-comparativo da gramática científica que Alfredo Gomes desenvolve no Brasil e que recebe ampla aceitação nas escolas secundárias brasileiras no início do século XX.

As gramáticas estudadas, em sua maioria, procuram atualizar os estudos da língua inserindo na metodologia uma perspectiva científica, advinda do método histórico-comparativo. A bipartição do estudo das gramáticas (geral e particular) é consenso em

todos os gramáticos. A diferença, portanto, entre a gramática científica e filosófica, em termos gráficos, anota-se no caráter especulativo desta última. Especular significa dizer que a língua espelha o pensamento (AZEREDO, 2015, p. 200). De acordo com essa ideia, havia isomorfia entre pensamento e linguagem. Dessa forma, as línguas são uma organização mental universal na espécie humana. Nesse sentido, a morfologia e a sintaxe são extremamente relevantes para a especulação. Já ortografia, por ser um fato contingente e particular, ocupa na gramática filosófica uma posição marginal (final da gramática) e autônoma (sem relação com as outras partes da gramática).

Cavaliere observa o processo de marginalização dos estudos ortográficos nas gramáticas: “Dá-se, assim, um dos primeiros passos em nossa bibliografia gramatical com vistas à desqualificação da ortografia, de parte da gramática para mero ramo da fonologia e, mais tarde, simples apêndice dos estudos linguísticos-filológicos.” (CAVALIERE, 2000, p. 234). Mesmo nas gramáticas científicas, o assunto embora integrado à fonologia ou à morfologia não é central. É tratado como conteúdo preliminar.

A comparação do conteúdo gráfico-normativo em edições diferentes da mesma gramática revela um ponto de contato entre os gramáticos: o que pode ser ensinado sobre grafia. Observam-se, pelo menos, dois polos: a descrição e o ensino. Os autores que não conseguem encontrar uma sistematização coerente para o ensino de ortografia ou abandonam a prescrição, ou simplesmente abordam o essencial para um iniciante. Nas gramáticas para o curso superior de João Ribeiro, embora todas as edições apresentem um item em “Phonologia” em que se identifica a origem das letras portuguesas com base nas letras latinas, somente a edição de 1888 apresenta a seção “Observações relativas á orthographia e a prosodia”, onde os grafemas etimológicos são apresentados. A descrição da acentuação e da pontuação permanece, mas em local marginal da gramática (apêndice), ou seja, a parte gráfica extra-alfabética deixa de ter vínculo direto com a fonologia. Reforça o abandono da apresentação de grafemas consonantais etimológicos a exclusão da descrição dos sistemas ortográficos. A exposição dos sistemas ortográficos sobrevive apenas nas edições oitocentistas (1888 e 1898). Nas duas edições do século XX (1907 e 1914), o assunto já não é mais apresentado. Diferentemente da gramática do curso superior, o assunto ortografia recebe o mesmo tratamento nas edições estudadas da gramática do ensino primário (1894, 1897, 1911 e 1926). Sempre na primeira parte da gramática são apresentados os casos especiais envolvendo letra e som que merecem ser fixados. Se há diferença entre essas duas gramáticas voltadas a estágios distintos da formação, significa que quanto maior for a capacidade de sistematização, menor será o interesse pelo assunto, uma vez que a variação gráfica tanto no sistema fonético quanto no sistema etimológico impossibilitaria o empreendimento.

Nos autores em que a descrição tem relevância mais significativa que propriamente o ensino, há alterações de ordem editorial que demonstram a distância entre o que foi prescrito e o que está sendo praticado pelos editores. Pode-se observar isso nas alterações do conteúdo gráfico-normativo de Julio Ribeiro, por exemplo, com um caso de flutuação de caractere. Na primeira edição da gramática, o vocábulo <subtilizar> é grafado com <z>. Na última edição com autor em vida (1885), o vocábulo passa a ser grafado com <s> (<subtilisar>). Essa correção deixa o vocábulo de acordo com a

etimologia da palavra (do latim, *subtilis*). Já na edição póstuma de 1909, os editores retornam à grafia com <z>.

A exposição do elenco consonantal etimológico reproduz a mesma tendência encontrada no cotejo entre as edições. Assim, autores que aplicam o método histórico-comparativo, tendo o objetivo maior de descrever a língua, adotam uma exposição alfabética ou articulatória. Os autores, cuja principal preocupação é o ensino coerente, adotam a exposição de casos especiais e indispensáveis aos iniciantes. A “Orthographia deve ser adquirida pela pratica de ler e escrever” (RIBEIRO, 1894, p. 11). Nesse processo, o professor exerce a função de conduzir o estudo, selecionando textos considerados modelares.

Em relação à prescrição dos grafemas etimológicos consonantais, todos os autores estudados utilizam a regra propriamente dita. É chamada de “regra propriamente dita” a prescrição que sistematiza o uso de determinado grafema em função de segmentos formadores. Em Julio Ribeiro, por exemplo, observa-se esse tipo de regra, quando afirma que se dobra o caractere <t> toda vez que o vocábulo derivado de compostos latinos iniciar por <t> e for precedido do prefixo latino <ad>, alterado em português para <at>. Lima (2014, p. 187) distingue três tipos de regras gráficas: regra propriamente dita (conforme explicado acima), lista de palavras (quando a regra é unicamente a listagem de palavras com determinado grafema etimológico) e misto de regras (quando há regra propriamente dita e lista de palavras que vão além da sistematização da regra propriamente dita). No entanto, os gramáticos que só adotam esse tipo de regra apresentam um elenco limitado. Já os gramáticos com um elenco diversificado utilizam outros tipos de regras para apresentar todos os grafemas. Portanto, todos procuram sistematizar os usos gráficos, porém esbarram nas inconsistências de suas próprias regras.

O principal resultado dessa análise é a escala de consenso. Essa escala distingue grafemas etimológicos, desde os casos prescritos por todos os gramáticos até os casos que são apresentados por um gramático. A existência dessa escala é uma evidência de que os grafemas não possuem a mesma inserção na norma gráfica subjetiva:

Quadro 1 – Faixas de consenso entre os gramáticos, relacionadas aos tipos de regra

Gramáticos	Lista	Regra	Misto
Consenso total	ll, ch [k], ph	ll, ch [k], ph	ll
4 Consensos	cc [s], mm, tt, cc [k], bb, ct, th, h, k,	cc [s], mm, tt, cc [k], bb, ct, th, h, k,	mm, tt, cc [k],
3 Consensos	cç, pt, ps, mn, gm, gn, rh,	cç, pp, nn, pt, ps, mn, gm, gn, rh,	pp
2 Consensos	cqu, bd, cd, dd, dh, gd, gh, sc, x [s], bt, phth, sch, gg,	dd, x [s], ff, gg,	
Dissenso total	bh, kh, kkh, sh, zz, rrh	pn, w, pç	

Fonte: Lima (2014).

Os grafemas descritos em todos os gramáticos sugerem que utilizar uma grafia com base etimológica é usar *geminadas*, *compostos* por <h>⁴. Se for estendido aos casos

⁴ Geminadas (como <ll>, de <allegar>) e compostos por <h> (como th, de <methodo>), assim como compostos mudos (como <gm>, de <augmentar>), grafemas simples (como <h>, de <sahir>) e grafemas mistos (como <phth>, de <diphthongo>) são

quase unânimes, serão incluídos também os *compostos mudos*. Contudo, o fato de alguns grafemas receberem atenção de todos os gramáticos não significa que a descrição é a mesma. A tabela acima demonstra que um mesmo grafema pode ser apresentado de formas diferentes (lista, regra propriamente dita ou misto de regras). Há grafemas descritos por apenas um gramático. Podem ser interpretados como decisões particulares de cada gramático. Ao mesmo tempo, acenam para o refinamento da descrição. Se essa descrição procura reproduzir os usos gráficos da época, essas mesmas descrições apontam para aquilo que é esperado de redatores com alto grau de contato com a cultura escrita de seu tempo.

Para pesquisadores interessados em reconhecer parâmetros de erudição gráfica, essa constatação parece ser substancial para se estabelecer uma distinção entre redatores em um contínuo de letramento. Foi o que fizeram Barbosa e Lima (2019, p. 168). Esses autores levantaram o repertório de grafemas etimológicos praticados por redatores com perfis de letramento já definidos, a título de testagem da metodologia, a fim de que numa etapa posterior seja possível aplicar em redatores desconhecidos. Os redatores modelares foram Rui Barbosa, considerado um grande erudito em seu tempo, Carlos Aguiar, um homem letrado amigo de Rui Barbosa, Christiano Ottoni, outro erudito em seu tempo e Bárbara Ottoni, sua esposa, com contato elementar de letramento. A seguir, compararam ao repertório de grafemas prescritos nas gramáticas estudadas. Assim, constataram que a prescrição é mais abrangente que os usos desses redatores. Apesar disso, é possível observar que os rótulos de letramentos definidos por informações biográficas estão em consonância à porcentagem de utilização dos grafemas praticados por cada redator (BARBOSA; LIMA, 2019, p. 197): Rui Barbosa (46, 15%), Christiano Ottoni (41,02%), Carlos Aguiar (35,90%) e Bárbara Ottoni (5,13%).

Outro critério utilizado foi justamente comparar a inserção de grafemas praticados por esses redatores por entre as faixas da escala de consenso de prescrição entre gramáticos. Acredita-se que quanto maior a variedade de grafemas utilizados, desde os grafemas presentes no consenso total até os grafemas que representam o dissenso total (proposta de apenas um gramático), maior é a inserção nas práticas de escritura desse indivíduo. Barbosa e Lima (2019, p. 200) aplicaram esse controle e perceberam que apenas Rui Barbosa e Christiano Ottoni praticam grafemas de todas as faixas de consenso entre gramáticos. Já Carlos Aguiar deixa de praticar os grafemas da última faixa (dissenso total), que representa o refinamento ao extremo nos usos gráficos, o que indica que se trata de um redator letrado mais não no mesmo nível que Rui e Christiano. Enquanto Bárbara Ottoni utiliza grafemas apenas de duas faixas, inclusive, as mais consensuais, revelando maior afastamento da tradição gráfica de seu tempo.

Barbosa e Lima (2019, p. 202) oferecem ainda o controle de diversidade, ou seja, o quanto cada redator utiliza dentro de uma faixa. Rui Barbosa e Christiano Ottoni mais uma vez apresentam a maior diversidade, estando eles acima de 50% nas faixas mais consensuais. Diferentemente de Carlos Aguiar e Bárbara Ottoni que apresentam 1 e 3 percentuais abaixo de 50%, respectivamente.

tipos de grafemas etimológicos que fizeram parte da prescrição e da prática gráficas oitocentistas. Adota-se essa tipologia a fim de identificar características comuns entre grafemas de constituição semelhante.

Os controles apresentados permitem o escalonamento de redatores considerando o seu maior ou menor contato com a escrita a partir de um valor de erudição de sua época. Levando em consideração a normatização gráfica observada nos gramáticos aqui estudados, acredita-se que os redatores de perfis variados (eruditos, semieruditos, medianos, elementares etc.) dos oitocentos tinham como modelo nas gramáticas o sistema gráfico misto, tendo como base a etimologização gráfica. As aproximações e as divergências gráficas entre os gramáticos nos sugerem que a diferença entre os redatores será a abrangência e refinamento do repertório etimológico e a consistência dos usos. Todos os tipos de grafemas etimológicos aparecem em quase todos os gramáticos. Portanto, não é o tipo de grafema que determina a aplicação por todos os tipos de redatores ou restrição a um grupo seletivo, mas o próprio grafema, tendo em vista sua frequência e recorrência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das normas gráficas oitocentistas permite-nos entender não só como se estabeleceu o código gráfico uniforme da Língua Portuguesa, como também compreender o papel das gramáticas como sistematizadoras desses usos.

O assunto ortografia nas gramáticas brasileiras ocupava posição marginal. Havia a consciência da existência de pelo menos 3 sistemas ortográficos e todos eles expostos a limitações. Observou-se que as regras propriamente ditas não foram suficientes para sistematizar a prática gráfica. Muitos casos foram reunidos em listas de palavras, ou sequer foram mencionados pelas gramáticas. Através da escala de consenso, nota-se que há faixas diferenciadas de prescrição. De acordo com o consenso total entre gramáticos, a base do sistema etimológico é utilizar geminadas e compostos por <h>. O modelo misto (ou usual) era o sistema oferecido pela gramática brasileira que melhor expressava vínculo com a tradição gráfica e com a atualização com a língua vernácula. A falta de abrangência das regras gráficas delegou o conteúdo gráfico aos cuidados dos professores.

Por esses indícios, sugere-se que cabia ao professor apresentar os modelos de escrita, geralmente tomados de escritores contemporâneos consagrados. Esses modelos objetivos expressam uma prática corrente, não limitada ao espaço escolar e que colaborava para a inserção em tradições de escrita. O leitor precisava conhecer os textos modelares e levar para sua prática essa experiência grafo-visual. Os gramáticos faziam parte desse grupo de leitores que, na tentativa de sistematizar os usos, testemunharam a diversidade gráfica. O diferencial dos gramáticos desse estudo foi não ter militado em prol do princípio fonético ou do etimológico, mas sim reconhecer a dinamicidade daquilo que efetivamente foi praticado em seu tempo.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARBOSA, A. G. Novos corpora para estudos diafásicos: cartas pessoais e cartas publicadas em jornais do séc. XIX. In: *Veröffentlichungsreihe des Studienbereiches Neue Romania des Instituts für Romanische Philologie der FU Berlin*, v. 39, 2009, p. 197-218.
- BARBOSA, A. G.; LIMA, A. X. O Controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica do século XIX” In: CASTILHO, Ataliba T. de. *História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019.
- BARBOSA, A. G.; LIMA, A. X.; MARCOTULIO, L. L. Da idade Média ao século XVI: a difusão de grafias etimológicas e de índices grafofonéticos na norma grafemática quinhentista portuguesa. In: OSÓRIO, P. (Ed.). *Linguística Histórica e História do Português: das origens ao século XIV*. Salamanca: Luso-Espanola de Ediciones, 2018, p. 77-125.
- BARBÓZA LEÃO, J. *Colção de estudos e documentos a favor da refôrma da ortografia em sentido sónico*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.
- BARROS, J. de. *Gramática da Língua Portuguesa, seguida de Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Lisboa: Luís Rodrigues, 1540.
- BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BATISTA, R. de O. Estudos sobre a linguagem no Brasil: gramáticas coloniais, diversidade linguística e processos histórico-sociais. *Todas as Letras Q*, v. 13, n. 1, 2011, p. 112-127.
- BATISTA, R. de O. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013.
- CASTRO, I.; DUARTE, I.; LEIRIA, I.(org.). *A demanda da ortografia portuguesa: comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e subsídios para a compreensão da Questão que se lhe seguiu*. Lisboa: João Sá da Costa, 1987.
- CAVALIERE, R. S. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.
- CAVALIERE, R. S. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Revista Alfa*, São Paulo, n. 45, 2001, p. 49-69.
- FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. *As concepções linguísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

GOMES, A. *Grammatica Portugueza*. 7.^a ed. Rio de Janeiro: Livraria de J. G. de Azevedo, editor. 1897.

GONÇALVES, M. F. *As idéias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

KEMMLER, R. Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama: Revista de Estudos sobre os Países de Língua Portuguesa*. Portugal: Instituto Camões. n. 47-48, out. 2001, p. 130-319.

KEMMLER, R. Para a história da ortografia simplificada. In: SILVA, Maurício (org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 53-94.

KOERNER, D. E. F. K.. *Practicing linguistic historiography: select essays*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1989.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LEHMKUHL, I.; GÖRSKI, E. M.; SOUZA, C. M. N. de; MAY, G. H. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

LIMA, A. X. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MARQUILHAS, R. *Norma Gráfica Setecentista: Do Autógrafo ao Impresso*. Lisboa: INIC, 1991.

MORAES SILVA, A. de. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813.

MATEUS, M. H. M. *Sobre a natureza fonológica da ortografia portuguesa*. Lisboa: FLUL, 2006.

PARREIRA, A. D. *Contribución a la Historia de la Gramática Brasileña del siglo XIX*. Espanha: Universidad de Salamanca. Tese, 2011.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica Alves & comp, 1888.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*: curso primario. 9. ed. Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves e C, 1894.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 14^a ed. São Paulo / Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves e C., 1898.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & irmãos editores, 1881.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 2^a ed. São Paulo: Teixeira & irmãos editores, 1885.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 11^a ed. São Paulo: Teixeira & irmão editores, 1913.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. 12^a ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e C, 1914.

SILVA, M. Gramática e historiografia lingüística: reflexões acerca de alguns princípios metodológicos. *Revista do GEL*, [S. l.], v. 3, 2006, p. 59–66. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/325>. Acesso em: 24 set. 2021.

SILVA, R. V. M. e. *Ensaaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

SILVA, R. V. M. e. *Caminhos da lingüística histórica* – “ouvir o inaudível”. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SILVA JUNIOR, M. P. *Estudos da lingua vernacula: phonologia*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial, 1877.

SILVA JUNIOR, M. P. *Noções de Grammatica Portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. Evaristo Costa, 1887.

SILVA JUNIOR, M. P.; ANDRADE, L. de. *Grammatica da Lingua Portugueza*. Rio Janeiro/São Paulo: Livr. Classica de Alves & C. 1894.

SILVA JUNIOR, M. P.; ANDRADE, L. de. *Grammatica da Lingua Portugueza*. 4^a ed. Rio Janeiro/São Paulo: Livr. Francisco Alves & C. 1913.

SWIGGERS, P. *Histoire de la Pensée Linguistique*. Analyse du Langage et Réflexion Linguistique dans la Culture Occidentale, de l'Antiquité au XIXe. Siècle. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

SOTERO DOS REIS, F. *Postilas de Grammatica Geral*. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1870.

SOTERO DOS REIS, F. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871.

SOTERO DOS REIS, F. *Grammatica Portugueza*: accommodada aos principios geraes da palavra seguidos de immediata applicação pratica. 3^a ed. Maranhão: Livraria de Magalhães & C., 1877.

VIANA, A. dos R. G.; ABREU, G. de V. *Bases da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

VIANA, A. dos R. G. *Ortografia Nacional*: simplificação e uniformização sistemática das ortografias portuguesas. Lisboa: Livraria Editora Viuva Tavares Cardoso, 1904.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].